

**VI Semana Internacional
de Pedagogia**

**“Pedagogia em MovimentUS:
Aproximações entre
Universidade e Sociedade”**



**II Encontro Estadual de
Educação em Prisões de Alagoas
I Seminário de Educação em
Prisões de Alagoas**

**“Educação de pessoas em privação de liberdade:
Embates, Políticas Públicas e Práticas
Educativas”**

De 10 a 14 de Dezembro de 2018 - Campus A. C. Simões/UFAL - Maceió/AL - Brasil

ISSN: 1981 - 3031

RELATO DE EXPERIÊNCIA EM GESTÃO ESCOLAR EM UMA ESCOLA DA ZONA RURAL DE MACEIÓ: Tensões e contradições no período 2015 a 2018.

Marta Cristiane dos Santos
martcristiane@hotmail.com
Inalda Maria dos Santos
inaldasantos@uol.com.br

RESUMO: relato de experiência, a partir da gestão escolar, em uma escola pública municipal de Maceió da zona rural com diversos desafios, entre eles, o de ser considerada escola rural, e atender em sua maioria alunos da área urbana e a exigência do exercício de gestão reflexiva, capaz de pensar e refletir sobre as tensões no interior da escola e colaborar na obtenção dos melhores resultados, sobre os quais, não há controle sobre a base fundamental que lhe dá sustentação. Este artigo foi construído com base nos textos de Diógenes (2017), Saviani (2006), Marx e Engels (2001), Nemeriano;Natividade (2017); Santos (2016); Paro (2016) e Gamboa (2017).

PALAVRAS-CHAVE: Escola pública. Gestão escolar. Zona rural. Tensões e contradições.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende relatar uma experiência em gestão escolar vivenciada em uma escola da rede municipal de Maceió, a qual é considerada, segundo critérios do MEC (Ministério da Educação), como pertencente a zona rural por encontrar-se situada em um local de difícil acesso, dentro de um canavial

beirado por rodovias que fazem divisa com outros municípios da zona litorânea de Alagoas.

O objetivo principal desse relato é descrever e analisar uma experiência no campo da gestão escolar contemporânea, particularmente marcada pelo curso de formação de gestores como critério para o exercício da função, que se deseja reflexiva. Apesar de ser localizada na zona rural a instituição que deveria assistir os moradores locais, para que os filhos dos trabalhadores possam exercitar o seu direito constitucional de ter uma escola enquanto espaço de aprendizagem, no entanto, atende em torno de 90% de estudantes da zona urbana contra aproximadamente 10% da zona rural. Neste sentido, por sua localização a escola demanda um currículo diferenciado, voltado às especificidades de educação do/no campo, o que representa um enorme desafio, quando se pensa o contexto urbano, da maior parte do público atendido.

A experiência de gestão na escola em questão acontece de forma que consiga atender e conciliar, da melhor forma possível, os dois públicos atendidos, apesar de a maioria ser composta por estudantes da população urbana. Esse é um confronto por se tratar de duas realidades diferentes, mas que integram mesma meta: promover uma aprendizagem significativa e de qualidade.

O gestor escolar de hoje, a partir do curso de formação disponibilizado pela secretaria municipal de educação, se vê cobrado para atuar de forma reflexiva e democrática, refletir sobre sua atribuição e engajar a comunidade na discussão dos problemas educacionais, de modo a assegurar a educação pública e democrática por princípio. O que acaba por acrescentar mais desafios, haja vista que a base fundamental da democracia, sob o capitalismo, não tem sido o interesse comum.

Para uma melhor organização didática, esse texto segue dividido em três tópicos, começando pela descrição da experiência, para situar o leitor no contexto educacional da escolar relatada; a discussão sobre o princípio da escola pública e seu caráter redentor, sobretudo para os trabalhadores e, ao final, a relação conflituosa entre teoria e prática.

1. RELATANDO A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO ESCOLAR

Atendendo ao processo formativo como critério para o exercício da função os gestores escolares, no município de Maceió são chamados a refletir sobre o espaço em que atuam, dessa forma, o gestor ter uma visão ampliada da gestão escolar e das questões referentes a legislação vigente e a demanda do MEC (ministério da educação) no intuito de conseguir viabilizar o trabalho na instituição escolar. Por esta razão, faz necessário entender os princípios da escola pública, demanda da gestão pública e democrática como fiscalização e administração dos recursos sejam federais, estaduais e municipais. O que acrescenta mais responsabilidades ao exercício da função.

A gestão escolar tem sido chamada a pensar de modo mais intimista as demandas da escola pública, o atendimento a esse chamado instaura um conjunto de tensões. É preciso entender como se administra uma escola de qualidade tendo um espaço com deficiência na sua estrutura física, falta de equipamentos tecnológicos e mobiliários, desvalorização do professor, deficiência na formação continuada dentre outros.

Por outro lado, hoje o gestor pode contar com a participação de toda a comunidade na tomada de decisões, mas, entende-se que esse processo de gestão democrática participativa traz em sua totalidade grandes desafios para esse universo de requisitos que devem ser preenchidos pelas lacunas formativas trazidas no âmbito da comunidade escolar.

Dessa forma se compreende que trabalhar em uma escola de zona rural e lidar com as demandas que dimensionam esse público, não é fácil, pelas lacunas apresentadas pela localidade e principalmente por ter um conflito de atuação entre as duas zonas de habitação (urbana e a rural). Esse processo vem sendo realizado desde 2006, quando a maioria dos moradores das fazendas na proximidade foram colocados na zona urbana por estes não prestarem mais serviços à usina cachoeira unidade Caetés. Depois desse episódio, como a escola encontra-se situada em um local de difícil acesso foram trazidos – para preencher as salas vazias – estudantes de um assentamento próximo a comunidade de Paripueira, pois a escola encontrava-se com número

alto de vagas ociosas e não havia estudante na proximidade para matricular. Desse modo, em uma parceria entre esses municípios e a usina foram realizadas novas matrículas no próprio assentamento com uma comissão da secretaria municipal de educação.

Essa escola tão diferenciada em seu aspecto tende desde a sua formação dos seus profissionais o trabalho a partir de um currículo diferenciado, com ações que voltadas para zona rural, com questões referentes especificamente a zona rural, como: adequação do calendário escolar, proposta pedagógica e curricular com as diretrizes nacionais de educação do campo, matrizes que contemplem as questões peculiares da zona rural fazendo relação com a zona urbana.

Junto a isso, o direcionamento da política de fiscalização adequação das verbas direcionadas para a escola da zona rural com programas e projetos governamentais que atendam o público alvo em suas diversas dimensões seja: transporte escolar, agricultura familiar, internet conectada, PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola)-interativo, ESCOLA 10, GN (Gestão Nota)10, PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), Programa Ayrton Senna, acessibilidade, entre outros como questão voltadas para merenda escolar sendo orientada pelo CAE (Conselho de Alimentação Escolar) e o Sane (Setor de Alimentação e Nutrição Escolar) da SEMED (Secretaria Municipal de Educação de Maceió) dotando a escola de recursos próprios a exemplo do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), verbas federais e o caixa custeio pelo Município.

Como se vê, são grandes possibilidades e responsabilidades que integram o conjunto de atribuições da gestão escolar. Obviamente que a instituição da gestão democrática pode ser um importante instrumento de condução dos trabalhos, mas, sob que condições esta gestão democrática se estabeleceu?

2. PRINCÍPIO DA ESCOLA PÚBLICA

Alguns historiadores defendem em suas teses, como marco temporal, o período iniciado nas primeiras décadas do século XX, em que a escola pública brasileira sofreu influências da desorganização do sistema político que teve como objetivo a escolarização das camadas populares. Dessa forma só foram

integrados aqueles pertencentes aos setores ligados ao trabalho urbano. Deste contingente ficaram fora da instrução pública promovida pelo Estado, os pobres, os miseráveis e os negros, setores populacionais que por volta de 1920 começaram a reivindicar o seu espaço na instituição pública escolar, despertando na elite brasileira a preocupação com organização do sistema capitalista, que dependia da preparação da massa para mercado de trabalho.

No Brasil, a escola pública foi elevada à condição de redentora da nação e de instrumento de modernização por excelência, visando embasar a hegemonia estatal, nos pilares sobre os quais alicerçaram os ideais e as políticas de inovação educacional no final do século XIX e início do século XX, as quais estavam concentradas na construção dos Estados-nação e sua modernização social.

O Manifesto apresenta-se, pois, como um instrumento político, como é o próprio, aliás, desse “gênero literário”. Expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 1920 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país [...]. Pode, pois, ser considerado um importante século XX. É um marco de referência que inspirou as gerações seguintes, tendo influenciado, a partir de seu lançamento, a teoria da educação, a política educacional (SAVIANI, 2006, p. 34-35).

De acordo com Bastos (2002), os alicerces da escola pública tiveram suas origens a partir dos anos 30, quando começaram a surgir os movimentos de participação na gestão da escola pública, tendo em Anísio Teixeira o primeiro administrador deste processo.

Considerando o papel do Estado sob a égide do capitalismo, verifica-se que, de acordo com Marx e Engels (2001, p. 47) “o poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Sobre essa relação de poder, Nemeriano; Natividade (2017, p. 44), trazem como referenciais para essa análise a concepção de Aristóteles (1958, p. 27) para discutir a relação entre o estado e a educação, evidenciando um claro conflito de interesses, verificado entre os interesses da burguesia – privados –, e os da classe trabalhadora – coletivos –, pois tendo o Estado, a responsabilidade de “cuidar para que a educação seja una e idêntica para todos”, esse dever entra em choque, com os negócios da burguesia, por estes, traduzirem interesses particulares.

Nesse caso, público e privado coexistem na esfera da responsabilidade do

Estado que tem a função de, enquanto sistema, homogeneizar/padronizar o ensino de acordo com as intenções governamentais, que devem se voltar ao bem comum, mas, acabam por privilegiar os negócios da classe dominante.

As autoras Nemeriano;Natividade (2017), entendem que o modo de produção capitalista provocou decisivas mudanças na própria educação confessional e colocou em posição central o protagonismo do Estado, quando este se impôs sobre o pensamento dogmático e forjou a ideia da escola pública, universal, gratuita, laica e obrigatória.

Tratava-se, à época, de uma maneira de organizar o funcionamento da escola pública quanto aos aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, com a finalidade de dar transparência às suas ações e atos e possibilitar à comunidade escolar e local a aquisição de conhecimentos, saberes, ideias e sonhos, num processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, transformar e ensinar, noutras, palavras, criar um novo *ethos* cultural, distanciado do caráter religioso e restritivo, (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional, UnB/CEAD, 2004).

A escola pública se ergue sob a bandeira da democracia, quando se pretende para todos. Baseado em SANTOS (2016, p.13) quando este reflete sobre as concepções do contexto histórico da democracia, verifica-se que, o século XX foi em boa parte marcado por aqueles que tinham um interesse, não necessariamente democrático, em promover certo tipo de democracia, neste caso a liberal, que por sua vez se caracteriza por tornar inviável ou, quando possível, demoniza outros tipos de democracia. Mesmo assim, houve períodos, sobretudo, no início do Século XX e no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, em que os debates foram relativamente plurais, e a diversidade das aspirações democráticas, intensamente vívidas. De fato, os contextos econômico e político, determinam o status da democracia exercida pela escola.

O princípio democrático, de educação para todos na escola pública, gerou o processo de luta por “gestão democrática”, configurada na promoção da participação direta como prática social no interior da escola, na busca da autonomia e criação de meios que possam efetivar a participação de todos os

segmentos da comunidade escolar na gestão da escola.

O caráter redentor da escola pública se transportou para o campo da gestão, visando a inclusão de todos na condição de cidadãos com voz e voto para o exercício da democracia. No campo social, esse exercício da democracia, se voltou com intuito de atender a demanda da valorização e abertura da democratização política, mudando paradigma em que a sociedade pudesse eleger representantes para administração pública do Estado, com a sua participação através do voto na escolha dos seus representantes para administrar as escolas.

De fato, observando os critérios para se atingir o modelo de gestão democrática faz-se necessário participação do coletivo, onde todos os envolvidos possam contribuir de forma direta ou indireta para o processo e na tomada de decisão. Na escola, esse processo se dá pela instância do colegiado, pois tem caráter deliberativo, efetivo e participativo, na aplicabilidade dos recursos financeiros, no trabalho diferenciado com segmentos da escola, na implementação do processo de escolha de dirigentes escolares e no trabalho com a comunidade escolar. Dessa forma, aqui queremos ressaltar a importância do trabalho do gestor escolar, que concebe mediante a inúmeras responsabilidades na sua luta cotidiana no desenvolvimento da sua função realizar uma administração pública diferenciada das anteriores, visando cumprir a função social da escola.

3. RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NA GESTÃO ESCOLAR DA ESCOLA PÚBLICA DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MACEIÓ

A relação entre teoria e prática, nem sempre tem sido harmoniosa, com base nas considerações de Gamboa (2017, p.13) observa-se que essa relação pode ser bastante conflituosa, sobretudo, quando se trata da gestão escolar de uma escola pública no sistema Municipal de Educação de MACEIÓ. Por entender, que todo o processo de mudança de ruptura de paradigmas anteriores recair em sua contradição em diferentes esferas do campo político, econômico e social de qualquer sociedade na sua estruturação e luta de forças

para alcançar sua meta e objetivo de valorização no campo das políticas e da conjuntura vigente.

As diferentes formas de organização do sistema público recaem no emaranhado de políticas públicas governamentais que refletem as influências dos países europeus com modelos já prontos que, muitas vezes, não conseguem se enquadrar na política implantada no país, mas terminam sucumbido a esfera pública, seja municipal, estatal ou federal na maneira que são planejadas.

Por esta razão, corroborando com GAMBOA (2017, p.13) quando ele coloca que um dos mais importantes problemas filosóficos sobre a condição humana em geral, e da política e da educação em particular, se refere à compreensão das intrínsecas relações de entre o pensar e o fazer, entre a ação e a reflexão, entre a teoria e a prática. Ainda corroborando com o autor quando ela afirma que:

A teoria e prática são duas categorias filosóficas que indicam sempre uma relação conflitiva. Entretanto, a literatura nem sempre apresenta consenso na interpretação dessa relação. Algumas perspectivas defendem a primazia da teoria perante a prática (visões idealistas e racionalistas): outras, a primazia da prática como critério central que confere validade à teoria (visões pragmáticas e utilitaristas). [...] Assim, teoria e prática se constituem partes de um mesmo processo maior envolvente, as duas dimensões são relativizadas perdendo sua autonomia ontológica, sua centralidade e predomínio, em função da centralidade da relação dinâmica entre elas e da unidade na contradição (visões dialéticas). (GAMBOA, 2017, p.13-14)

Em virtude a essa situação a esse paralelo enfrentando por essas duas categorias tão anacrônicas, aparentemente tão antagônicas é que se precisa observar o que se encontra no campo interno e externo dessa relação que se configura nesse patamar de dicotomias conflitantes entre a literatura e a perspectiva de primazia para ambas categorias.

Nesse processo, corroborando com Paro (2016, p. 97) o que se precisa, na verdade, quando se visa ao aparelhamento da escola pública para a busca efetiva de objetivos educativos comprometidos com os interesses das camadas trabalhadoras, é buscar a integração das práticas políticas com as atividades administrativas, procurando tirar proveito do caráter político e administrativo das

práticas que se dão no cotidiano da escola. A esse respeito dois pontos de extrema importância parecem impor-se como conjuntos de medidas que reclamam urgente implementação.

Com intuito de melhor compreender essa prática que é de fundamental discussão trazer para a posição de Gamboa (2017, p.14) quando ele remete na compreensão da dinâmica da relação, tanto a teoria como a prática, são redimensionadas como partes de um todo maior, a ação social humana, a qual não resulta de uma teoria posta em prática, nem de uma prática que se torna teoria. Mas da inter-relação dinâmica e complexa em que uma tenciona a outra.

É com esse olhar imediatista desse processo entre a teoria e prática que se pretende pautar esse relato dessa experiências trazendo uma importante contribuição no campo educacional que tende a se emergir nesse caminho de progressão e regressão submete a escola pública. Dessa maneira, não podemos esquecer que esse contexto da vulnerabilidade da escola pública, aqui como foco a gestão escolar vem se configurado com os desmontes da escola, pelo capitalismo e da má distribuição das políticas públicas sociais.

A esse respeito, Diógenes (2017, p.21) relata em seu artigo sobre política públicas, que esta categoria, desde a década de 1980 vem sendo incorporada não apenas em espaços institucionais (de onde se originou), mas, igualmente, por todo tecido societal, no entanto, elas ainda são desenvolvidas permeadas pela dicotomia entre teoria e prática. Desde os espaços burocráticos aos menos aos menos “formais” é possível afirmar que as “políticas públicas” têm se tornado, paulatinamente, uma expressão comum. Isso está relacionado com o desenvolvimento estreito das relações entre Estado e sociedade civil no Brasil, de forma que ao se tratar de políticas públicas estamos nos referindo a um conjunto de ações estratégias de Estado para intervenção nesse ou naquele aspecto da realidade social que se tem resolvido em problemática social ou questão social como se queira denominar. Portanto, a base da dicotomia, não parece estar na escola.

A base da dicotomia não está na escola, portanto, dificulta ainda mais o trabalho do gestor escolar que precisa dar conta de uma série de atribuições e ainda é cobrado por funções que nem sempre lhe dizem respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola pública em geral enfrenta diversos desafios, a gestão da escola pública, por sua vez, também se vê assoberbada por tensões e contradições cotidianas, no entanto é preciso ter em conta, que boa parte dos conflitos nela presentes, são originados fora da escola e dizem respeito à configuração do sistema social como um todo, sobretudo, nos conflitos entre os interesses públicos e privados. Entre o bem comum, e as necessidades de uma classe. Ao que se pode observar, tem havido muita retórica sobre a qualidade e a democracia na escola pública, fundamentada em uma maior exploração da ação dos profissionais da educação com o assoberbamento de atribuições, em se tratando da gestão escolar, é cada vez mais difícil agir de forma reflexiva, como requerido pela formação continuada, em um contexto de tantas tensões e contradições no espaço social que se refletem no interior da escola pública.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. A política. In: **Os Pensadores**. São Paulo; Nova Cultural, 2000.
DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. Políticas Públicas: reflexão necessárias. **Políticas públicas em Educação: episteme e práticas** in: DIOGENES, Elione Maria Nogueira; SILVA, Maria da Conceição Valença (organizadora). - Curitiba: CRV, 2017. 270p.

BASTOS, J. B. Gestão democrática da educação: as práticas administrativas compartilhadas. In: BASTOS, J. B. (Org.). **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 7-30.

GAMBOA, Silvio Sanches. **Políticas públicas em Educação: episteme e práticas** in DIOGENES, Elione Maria Nogueira; SILVA, Maria da Conceição Valença (organizadora). - Curitiba: CRV, 2017. 270p.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Trad. de Luís Cláudio de Castro e Costa. 2ª. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NATIVIDADE, Simone; NOMERIANO, Aline Soares. As políticas públicas educacionais brasileiras sob o avanço do ataque Neoliberal na atualidade. **Políticas públicas em Educação: episteme e práticas** in DIOGENES, Elione

Maria Nogueira; SILVA, Maria da Conceição Valença (organizadora). - Curitiba: CRV, 2017. 270p.

PARO, Vitor H. Gestão democrática da educação pública. 4.ed, São Paulo: Cortez, 2016. ISBN 978-85-249-2429-3.

SANTOS, Boaventura de Souza ,1940-A difícil democracia: reinventar as esquerdas – 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016. ISBN978-85-7559-509-1.16-36074.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do “breve século XIX” brasileiro. In: SAVIANI, Demerval; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. **O legado educacional do século XIX. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 9-32.**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Gestão da educação escolar. Brasília: UnB/CEAD,2004.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Legislação, Brasília, DF, dez.1996. Disponível em: mec.gov.br. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

MACEIÓ, Lei de diretrizes municipais para a eleição direta de gestores, número 6. 482/2015.Maceió, aprovada em agosto de 2015. Disponível em: semed.gov.br. Acesso em: 15 de novembro de 2018.